



Proc. n.º 037/81

fls. 002

[Assinatura]

Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste - RO.
GABINETE DA PREFEITA

LEI Nº 215

DE 13 DE OUTUBRO DE 1.989

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ANISTIA AOS DÉBITOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A Prefeita do Município de Ouro Preto do Oeste, no uso de suas atribuições,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam anistiados os débitos para com a Fazenda Pública Municipal, correspondente ao período de 1.982 a 1.987 inscritos ou não em Dívida Ativa, até o valor originário de NCz\$ 0,50 (Cinquenta Centavos Novos), excetuados os valores correspondentes a alienações de lotes urbanos.

§1º - Os processos de cobrança dos débitos a que refere o "caput", serão arquivados, independentemente de despacho.

§2º - Entende-se por valor originário o que corresponder ao total do débito, excluída as parcelas relativas à atualização monetária e demais encargos legais.

Art. 2º - Os débitos inscritos em dívida ativa municipal, poderão ser pagos mediante prestações mensais e sucessivas, acrescidas de encargos legais, desde que, seja previamente autorizado:

I - Pelo Prefeito Municipal

II - Pelo Procurador Jurídico

§1º - O requerimento do devedor solicitando o parcelamento, importará em confissão irretratável da dívida.

§2º - Em se tratando de débito ajuizado o devedor arcará, com as custas e demais encargos legais.

§3º - O atraso no pagamento de duas ou mais prestações, acarretará no vencimento automático das prestações vincendas e o ajuizamento do saldo devedor para Cobrança Judicial.



Proc. n.º 0371/87
fls. 003
Wuuu

Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste - RO.
GABINETE DA PREFEITA

LEI Nº 215

DE 13 DE OUTUBRO DE 1.989

FLa. 002

§4º - Não se autorizará novo parcelamento, enquanto perdurar o parcelamento de débito anteriormente requerido.


§5º - O parcelamento não poderá exceder a 20 (vinte) prestações.

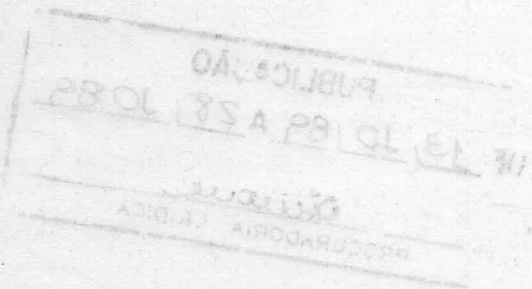
Art. 3º - A existência de parcelamento, não vedará a expedição de certidões, devendo, entretanto, conter informações a respeito do parcelamento.


Art. 4º - Esta Lei poderá ser regulamentada por Decreto do Executivo.

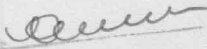
Art. 5º - Revogam-se às disposições em contrário.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

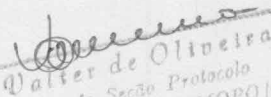

Joselita Araújo de Oliveira
Prefeita Municipal



Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste	
PROTOCOLO	
03 / 11 / 89	N.º 0371/89
 RESPONSÁVEL	

Proc. n.º 0371/89
 fls. 004


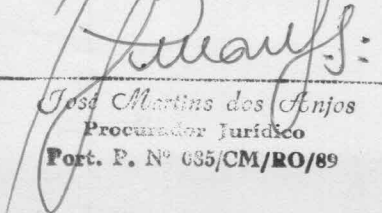
AO EXM.º. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO
 SEGUE O PRESENTE PROCESSO PARA AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS.
 EM 03 DE NOVEMBRO DE 1.989


 Valter de Oliveira
 Chefe Seção Protocolo
 Port. P. Nº 047/CMOPO/89

AO PROCURADOR
 Jurídico para
 as providências.
 06/11/89
 Haupp:

Neilton Pereira da Silva
 Presidente - CMOPO

À chefe de Comissões
 Arquivar-se.
 Em 04 de Novembro de 89.


 José Martins dos Anjos
 Procurador Jurídico
 Port. P. Nº 635/CM/RO/89